

Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

SÁTIRAS POLÍTICAS DE SEISCENTOS. II.

ALMEIDA, Eduardo de

Ano: 1950 | Número: 60

Como citar este documento:

ALMEIDA, Eduardo de, Sátiras políticas de seiscentos. II. *Revista de Guimarães*, 60 (1-2) Jan.-Jun. 1950, p. 172-209.

Casa de Sarmiento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51
4800-432 Guimarães
E-mail: geral@csarmento.uminho.pt
URL: www.csarmento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Sátiras políticas de Seiscentos

II

COPIA de hũ Senatus consulto, q̃ aVreação de Soloriquo bebado mandou ao Cõselho de portugal sobre os negocios da guerra este anno de 1642.

O Julgado de Soloriquo bêbado a primr.^a 4.^a fr.^a de Março deste anno de 1624. estando em Câmara Brás João, galego, Juiz daquele ano: e Pero Cabelludo, pedreiro, e Vicente Gomes, tecelão, Vereadores, e Gregório Vaz, hortelão, Procurador do Conselho, o dito Juiz propôs aos mais em a maneira seguinte:

Compadres e parceiros honrados, nosso amigo e parceiro Bras dias cental, todos sabemos que está em Lisboa sobre as trampas, que, acerca do seu prazo, lhe armaram os herdeiros de sua Sogra. Lá vão grandes trabucadas de guerra, em que o mundo anda emburilhado: ele me mandou uma carta de muitas novas, que, porque tocam a todos, quero que todos as ouçam, e cada um dirá sobre elas o que lhe parecer segundo os miolos que tiver.

A carta palra desta maneira:

— Entrei çã cõ roim pê, porq̃ uim buscar Just.^a, cousa q̃ nesta terra não há: sendo as Justiças tantas, que ando tropeçando nelas. Cá vão grandes matinadas, e terrores de guerra de mouros, e não há navios, ou gente que queira sair a eles: e diz o meu procurador que el Rei não tem dinheiro, e quer que o tenha eu para lho dar. O trigo, que vem de França, e o resgate dos cativos esbulham o Reino de moeda: e a cobiça de mandar patacas à Índia vasa tudo. Além de que também Roma chupa a sua parte: e el Rei para haver festas em Madrid lançou

uma finta aos mercadores. Não falta gente para a guerra, mas não há gente de guerra: porque os fidalgos deitam-se fora, e não sabem fazê-la senão contra os naturais! Tudo me parece, que são peccados. Eu cá ando purgando minha parte, lá da sua vejam que remédio pode haver; aparelhem as almas para Deus, as bolsas para el Rei, e os corpos para a má ventura: porque Portugal está com a candeia na mão, mas morre como corpo rijo, que faz muitos termos antes que acabe. *D.^s nos g.^{de} a todos: Amen.*

Bras dias centeal.

Esta noite estive cuidando, q̃ será bõ escrevermos hãa carta al Rey, ou aos que o governam (postoque nem neles, nem em nós há governo) para que saiba, que em Celorico há homens de marca. Dir-lhe-emos o que bem nos parecer, e oferecer-nos-emos para o que de nós mandar: por que menos mal é darmos-lhe nós o que nos ele há-de tomar, que não tomar-nos eles o que nós lhe podemos dar. Agora têm ouvido a sentença em que estou, cada um diga a sua, e assentaremos o que melhor nos parecer.

Dito isto polo Juiz Bras João galego ficarão todos boquisecos cuidando grande pedaço no que diriam: que quanto para fazer nenhum tinha vontade. E depois olhando uns para os outros, João Cabeludo, que era Vereador mais velho, começou a dizer desta maneira:

Voto de João cabeludo

Essa carta reza, q̃ se temẽ m.^{tas} guerras, e eu assy o receyo, porque onde fogo não há, fumo não se levanta (1). E polas Vesporas se tira o dia. A alicerces grandes quando eu os faço, é com determinação de erguer grandes paredes, pois logo será bem que nos não tomem com as mãos detrás. Mas eu quisera, que as mãos de todos os portugue-

(1) À margem, em letra diferente, alguém anotou: Onde há gado, há esterco.

ses estivessem tão calejadas como as minhas: porém não pode ser porque estas trazem a trolha e o camartel; e as outras, ramalhetes, e luvas perfumadas. Parecia-me a mim bem aconselharmos a el Rei, que provesse nisto, e aguarentasse trajos, mimos e comidas, porque da demasia delas nascem vícios, peccados e fraquezas, três cousas que dão na guerra os maus sucessos. Quando eramos poucos e pobres, botavamos os mouros fóra desta terra: agora que somos muitos e ricos havemos medo, que eles nolas tornem a tomar. Nos trajos devia el Rei não só defender as demasias, se não limitar também o que se há-de trazer, com grandes penas a quem inventasse trajos novos ou os trouxesse: porque doutra maneira nunca acabaremos.

Sãe as rendas, vãe trancinhas, defendidas estas, inventão-se rendas finas mais custosas. Se tira as sedas, acodem os framengos com outras invenções, que custam mais e duram menos. Seja logo lei perpétua, que sob pena de grande infâmia que nenhum homem traga sedas, nem cousa que cheire a goma, nem luvas, nem cheiros. E só possam trazer estas cousas aqueles com quem o Santo Officio usou de misericórdia sendo convencidos de fanchonos ou somitigos. E a nós limitem-nos trajos galantes e duradouros de panos finos, que se fazem em Portalegre, com camisas muito finas fiadas por nossas mulheres. *Tudo o defrandes se pode escusar, se não alfinetes e papel,* porque para fazer alfinetes não há cá tanto vagar: e papel, ainda que se faça em todo o mundo, nunca bastará para se escreverem em forma impertinências de ociosos, e em especial de castelhanos. Fôra grande bem para as repúblicas, que no imprimir houvera muito resguardo: e que assim como há revedores de livros, que não deixam publicar cousa contra a nossa Santa Fé (o que é aviso Santíssimo) assim houvera de haver outros que impediram imprimirem-se os que não foram necessários, e em especial para leis e medicina. Mandara el Rei a homens insignes nelas, que escolhessem, ou recompilassem doze livros, em que estivessem apuradas as boas opiniões, e extinguisse todos os mais, para que não cuidassem que

consistia o ser bom letrado em ter muitos livros: que nem eu serei bom músico por ter muitos livros de solfa. Digo pois, que bugiarias de Frandes nos levam o dinheiro sem proveito. Façam-se cadeados, espelhos, e escovas, e não se consinta que um framengo hereje vá carregado de dinheiro a troco de 4 pincéis: *e por olandas, e cambraís vistamos pano camseiro, q̃ cada ves se fará melhor, e mais fino. E por meyas tornemos ás botas do antigo portugal q̃ defendē melhor as uentosidades.*

A 2.^a reformação se deve às comidas, e esta não se pode euitar ao povo sē exemplo dos mayores. O nosso médico diz, que o muito comer causa doenças, e que os brutos animais são mais sãos, porque comem só uma comida ou poucas. Bom será logo que não comamos nós muitas, e assim não comeremos muito. E o mudar os manjares aviva o apetite e comemos mais do que o estômago nos sofre. Eu quisera que o Rei dera exemplo aos fidalgos, tirando a metade das iguarias da sua mesa, para menos gasto, e mais saúde. E os fidalgos fizeram o mesmo na sua para que os imitassemos: por que assim como em um frontespício acertado há respeito e proporção: assim o pode haver em tudo.

Se assento hã portal, que tē de alto vinte e quatro palmos, e lhe dou de uão desaseis, também o que tiver de alto nove palmos demanda seis de largo. Pela mesma conta se o Rei deduzir os seus dezoito pratos a doze, e o Duque os seus doze a oito, e o Conde os seus seis a quatro, e eu de um só que tenno deixar o terço para a ceia, todo o fausto ficará em a mesma proporção, e o gasto será menos, e far-nos-á menos prejuízo. E quanto à qualidade dos mantimentos bom será contentar-se cada um com os da sua terra. E se é bem-aventurado quem de poucas cousas tem necessidade: nós o podemos ser todos gosando o que temos e não cobiçando o alheio. Os Ingreses comão as suas Manteygas: os Framengos os seus Queijos: os do Brasil os seus Ananazes: Valença os seus arrozes: e todos os de alē Mar os seus assuqueres. Que nós temos m.^{to} bõ leite, queijos, boroas, sandias, romans e marmellos: e mel doce proueitoso p.^a os

velhos. Seria bom que não houvesse açúcar no mundo, ou o tivesse só quem não pudesse dá-lo senão para doentes com receita do médico: E as freiras para doces para cevarem seus confessores.

Emmendados os trajos, e comeres, q̃ he o mais uicioso, se devia proceder ás outras cousas. Não trato da emmenda dos coches, q̃ a não merecẽ se não uma geral extinção, ou fogueira, como causa mais principal das infâmias deste Reino. Se um cavallo basta para levar um homem, e nele foi julgado em Roma pela cousa mais formosa da terra, de que serve puxarem por ele quatro? O nosso prègador disse uma vez, que um homem monstro tinha pernas de cobra, e para as esconder costumava andar em coche. Maiores monstros tem cá Portugal, coches dourados com cortinas de damasco carmesim, e dentro um mancebo punge barba com uma espada na cinta, rescendendo a âmbar e algália. Vêde se há cousas mais disparatadas.

Quando D. João de Austria teue dos turcos a vitória, q̃ todos sabemos, contou-me um cattivo, q̃ lá se achou, que o grão turco fizera grandes castigos em os que bebiam, ou vendiam vinho, como em transgressores da sua lei, dizendo que aqueles desastres, e maus sucessos nasceram de pecados. E do seu próprio serralho despediu muitas mulheres, moços cúmplices, e ministros de suas torpezas. Oxalá entrara no nosso Rei um tal pensamento de começar por si mesmo o exemplo da reformação, e mostrar o ódio a pecados, e em especial aos públicos, que estão à sua conta, que são os dos ministros da Justiça: porque se os chinos pela guardarem se conservam há tantas centenas de anos, como é fama: eu tenho encasquetado na cabeça, que a falta dela nos destrói. Aconselhemos logo a el Rei, que faça leis justas, e procure a pontual guarda delas: seja castigador mui severo de pecados, reforme os trajos, e comidas, e abrase os coches, e cadeiras, e ao homem, que os usar; deixando só uma porta aberta, que seja negaça de esforço para os valentes, que quem matar mouro à espada possa trazer uma peça de seda; e que quem matar dois ganhe para sua mulher ou filha privilégio de poder andar em ca-

deira: porque ao cheiro das vaidades farão. elas festas quando os maridos forem à guerra.

Voto de Vicente gomes Vreador

Pardeças João cabeludo, que destes o Voto como homẽ chapado, mereseis hãa tensa. Mas por que a carta diz que o Reino está pobre, e os resgates e trigo de França, dispensações de Roma, e Naus da Índia, o esgotam de dinheiro, pois sem ele não se faz guerra, é necessário entupir estes canos ou fazê-los mais pequenos. Quanto ao dinheiro, que se manda para a Índia e Brasil, o remédio é defendê-lo por lei sob pena de o perder. E ainda mal por que esta lei pena já posta pelos mouros e piche-lins, que bem a executam. Que retorno espera o Reino de mandar cada ano um cento (?) de ouro em patacas à Índia, e trazer de lá rodela douradas, e barcas de porcelanas em pedaços, quando vão e venham a salvamento? Nós temos a culpa, que damos grande valia a cousas pouco necessárias: a vaidade, e ambição nos põem em trabalhos, e os appetites nos fazem pobres. Sem colchas, nem alcáttas da Índia sabe bem o sono bem: e uma boroa de milho presta mais, que quantas conservas veem das Canárias e da Ilha da Madeira.

Os resgates dos cattiuos de 40 annos a esta parte tẽ roubado Espanha, e cõ elles nos faz Affriqua guerra, porque eles são o engôdo, que move aos mouros, e os atixa a nos armarem tantos laços. E o procedido deles os faz ricos, e pelo consequente poderosos: E a esperança deles faz aos nossos mais fracos na defensão de sua liberdade. Só (?) isto se pode remediar com cerrar as portas aos resgates, não por que o fazê-lo não seja caridade, e obra heróica de muito merecimento, em que muitos religiosos se esmeraram com bom zelo. Mas é forçado nas repúblicas permitirem-se alguns males para se escusarem outros maiores: e pois que a experiência mostra, que quanto mais cativos se resgatam, tantos mais vão para Argel, porque os mouros tratam (?) nisto como mercância, e crescendo o cabedal fazem

maior emprego em navios; seria bom defraudá-los com suspender os resgates, porque sabendo eles isto não se arriscarão tanto por cativar sem interesse, e levar lá gente, que lhe coma o pão, e os nossos farão por se defender não como quem arrisca lá só ano de cativo, se não a liberdade de toda a vida. E se parecer isto duro, por que perderá algum a fé, quem a deixa perder nunca a teve: E quem verdadeiramente a tiver nunca a perderá, antes o cativo será seu purgatório, e de dentro de uma marmorra sairá sua alma direitoamente tomar posse do Reino do céu. *Lá q se resgate a mulher cõ o menino, q por desastre cattivarão, he virtude. E tambẽ o Soldado que peleijou valorosamente, e a poder de m.^{tas} feridas o tomarão depois de ter dado outras tantas, he precisa obrigação.* Mas tu avarento, que queres dar volta ao mundo por fazeres morgado, a que vindo a salvamento me não darias uma ataca se ta pedisse de esmola, se te cativaram tem paciência, que visto te arriscaste ou a ser Cesar, ou Nero, ou a comer com trombetas, ou a morrer enforcado: Se tu querias ganhar só para ti, tua só seja a perda. E se o cobarde em vendo o inimigo amainou a vela, e se meteu debaixo da coberta fazendo conta que cá ficara quem o resgatasse, traga os ferros toda a vida, que não é justo que o Rei se desentranhe, e o povo se consuma para resgatar cobiçosos cobardes.

Diligencia se deve fazer no q se despẽde na Curia Romana, porque impedirse de todo seria offender a Religião, e o Papa, he pastor geral, se lhe mostrarem necessidade creio, que buscará algum meio saudável para não ir lá tanto dinheiro, posto que em nenhuma parte ele é mais bem empregado pelo muito que lá pode, e acaba. De cá pode só el Rei obviar em parte a isso pondo pena de desterro ou infâmia a quem casar em grau proibido: que porventura servirá de se estorvarem dispensações falsas e subtrecias fundadas em causas fingidas, e indústrias maliciosas de gentes cobiçosas, mercenários diligentes e desvarios cobiçosos. Nas letras dos beneficijos, e resignações de pensionários, não pode pôr cláusula o Rei: mas pode fazer com os preladados, que ordenem só clérigos quantos bastem para

servirem as Igrejas, e não mais; serão menos os ruins, e os bons mais estimados, e escusar-se-ão muitas simonias e irregularidades, e terá o Rei mais soldados ou mais gente de sua jurisdição, e não se farão tantas trocas, e resignações, já que de todo se não impidam.

Atalhar o trigo de França parece mais difficuloso pela necessidade, q̄ delle sempre há: mas bem pode isto melhorar-se acrescentando o pão, e diminuindo as bocas pouco necessárias. Defenda el Rei que não venham negros ao Reino, e que sirvam os pobres aos ricos, e todos teremos que comer. A razão, porque o servir é hoje grande baixeza, e porque meu vizinho tem um negro, que o serve, e lhe cura do seu cavallo: e qualquer branco, se me curar o meu, cuida que fica sendo negro ou cativo. Não haja negros, e todos serão brancos, e todos servirão, e teremos menos inimigos, porque todo o escravo é inimigo do seu senhor; e tem-se isto provado em muitos, que dos portos do mar fugiram, e se lançaram com os mouros. E eu ouvi já contar não sei de que terras, onde os servos mataram seus senhores, e se casaram com as senhoras sendo cativos. Pois os filhos dos negros sempre têm ressaibos de seus pais, que da má urdidura nunca se faz boa teia. Melhor é logo comermos o pão preto, que termos pretos, que nos comam o preto e o branco.

Mas q̄ diremos àquella multidão de caens, q̄ sustenta este Reino, q̄ quasi não há casa, q̄ pello menos não tenha hã, e todos comẽ pão, um que lhe dão e outro que furtam. Em verdade, que uma boa cidade se pudera sustentar com o que nos comem os cães. Que quer o mundo de gozos, que não servem mais que ladrar? Crie embora quem for caçador um podengo: e um lavrador o seu rafeiro, e demos a algumas senhoras um cachorrinho, que ensabõe para lhe lamber sua chaga incurável diferente da de S. Roque. Mas não haja gozos, nem lebreus, nem mestiços, que é tirar o pão aos pobres, e aos filhos, e gastá-lo com os cães.

Outro meyo efficaz he defender o Reyno de ociosos, naturais, e estrangeiros vagabundos. A fé, que se he fôra Rei que houvera de alcançar do Papa

para uma imagem de Sant'Iago as mesmas indulgências e perdões que ganham os que o visitam na sua casa de Compostela de Galiza, e mandá-la pôr em uma Igreja de Paris, para tirar aos bribantes de França o achaque de virem cá mendigar.

Partem de França para cá dois navios com 300 moios de trigo, e logo se abalam 300 casais de homens, mulheres, e filhos pedindo-no-lo depois que lho compramos. Eu tinha por fácil, e justo condenar em pena de açoutes às mulheres, e de galés aos homens, que sem licença por escrito mendigassem; o que não era contra a caridade, que nunca faltam verdadeiros pobres em quem a exercitar. E o que sair de cativo contente-se com a sua liberdade. E o soldado são continue a guerra, e o que de lá vier aleijado, e justificar, el Rei lho pague: e o que vem roubado cave 8 dias, e poupará para caminhar outros 8. E os que pedem cantando, e apregoando lástimas, e outros invencioneiros tais sejam castigados, que roubam o povo para ajudar a casar filhas de taverneiros.

Temos ordenado menos bocas: busquemos agora mais pão. O principal remédio p.^a o aver he contactar-se os homens cõ comerẽ...?... o que tiverẽ e nunca lhes faltará ã comãõ. Muitos gentios só com inhame se sustentam: e no Japão folhas de rábão, sêcas e cozidas (dizem os Apóstolos) se comem. No Brasil, farinha de pau. E os portuguezes não se contentam com milho, cevada, e centeio, e tantas frutas diferentes. Que os mouros para nos fazerem mal vêm com uma guloseima pôdre, e com passas azedas, e nós queremos mais haver medo deles, que deixar de comer acepipes. Mas deixo isto: tratemos do pão. Faça-se em Portugal, o que já se fez em Itália com grande pena, que ninguém plante vinhas, e das que já estão feitas deixem perder muitas, e haverá mais pão e menos bebados, e pedintes. Porque quantos bribantes vêm de casa do diabo a Espanha, vêm só à fama do vinho. E assim como os Imperadores vão da Alemanha a Roma a tomar coroa de ouro: assim vêm cá os alemães, e toda outra matinada de cabrões a tomar coroa de bebados. Haja logo menos vinho, e haverá mais pão.

Semeiem-se mil várzeas de milho zaburro, que pode dar infinito, e é mantimento quente, e sádio. Abram-se terras, dê-se liberdade a quem semear mais, favoreçam-se os lavradores, e pagar-se-ão bem os dizimos, e sobejará tudo. E se parecer bem faça-se uma lei perpétua em toda a Espanha, que o trigo nunca passe de oito vintens, porque então de força valerá menos o de França, e o da terra não se guardará tanto. Mande el Rei com pena de morte, que ninguém arrende comendas, morgados, moios, dizimos, nem beneficios, e que os recolham seus donos, porque os poderão vender como frutos seus, e a preços acomodados, ou a necessidade do dinheiro os obrigará: não andem em mãos de rendeiros cobiçosos, que os encerram, e vendem com onzenas a peso de ouro. E por que sendo isto ficarão de vago muitos cristãos novos, que vivem só destas maranhãs (ainda que eles são já os que menos ousam, por que outros muitos lhe têm furtado a bênção) devia el Rei obrigá-los a terem lavoura: por que se se derem a ela, como têm posse, e indústria, abrirão terras e farão muito proveito: e porventura lhe cho-verá aqui o maná, que pelas outras partes lhe vai já faltando; ou da lavoura virão às criações, e tornarão ao ofício de pastores, que eu ouvi dizer, que sempre se lhe dera bem.

Sou logo de parecer, q̃ peçamos a el Rei N. S. q̃ não consinta ir dinheiro amoedado p.^a a India, suspenda os resgates dos cativos, e em geral públicamente, dispensando depois com alguns, que melhor o merecerem.

Avise os prelados, que ordenem menos clérigos. Defenda casamentos entre parentes: E rogue ao Papa, que seja duro no conceder renunciações de beneficios. Atalhe a entrada neste Reino a gente ociosa, e estrangeira. Não venham negros a Portugal: nem haja gozos, nem lebreus, como já em Cortes lhe pediram. Abrigue os naturais que trabalharem. Castigue vádios, e pedintes voluntários. Dê liberdade a quem mais semear. Taxe o pão, mande abrir terras, semear várzeas. Não consinta arrendarem-se frutos, e em especial pão. Seja proibido plantar vinhas de novo. Obrigue os mercado-

res a semear: e com isto haverá pão em abundância no Reino, e não sairá o dinheiro para fora dele.

Voto de gregorio Vaz ortelão, e p.^{dor} do conselho.

*O q̄ arzeoarão os Snõres Vreadores estã douro, e dazul: mas eu tambẽ quero dar minha enxadada. Diz nosso parceiro Bras dias ceateal, q̄ quando se trata ẽ guerra os fidalgos se forrão do jogo e só a fazẽ contra os naturais. De que nascerá esta praga? Creio, falando com reverência, que as letras, que os estudos trouxeram este mal a Espanha. Dizia meu Pai, que Deus haja, que não sabia ler, nem no seu tempo se costumava; que os fidalgos tinham por afronta saber escrever bem: E que quanto letras com as vinte do a. b. c. se contentavam: E que a honra estava em dar bem uma lançada a um mouro: E quem assim a dava tinha certa a comenda, e não quem aprendia textos, e buscava alvitres para destruição do povo. **Despois q̄ portugal não teve Rey mais q̄ por Fee, esvá como orta, q̄ anda de renda, que o rendeiro gasta quanto menos pode ẽ bẽfeitórias, e puxa quanto mais pode pelos fruitos: entãõ os fidalgos, que são como bugios arremedão o q̄ faz o mayoral;** para isso acharam porta aberta nos estudos, porque só com dois anos de cânones fantásticos, a que não sabe mais que o nome, hoje na Inquisição, amanhã na Mesa da Consciência, ao outro dia Bispos. E por sim, ou por não todos se absolvem das simonias, que nisto incorreram, e rapam os dez ou doze mil cruzados de renda, e tapam as orelhas por não ouvirem disparar um mosquete. *A fee de Xpão, q̄ não sou inimigo de letras, porq̄ tambẽ ly ia polos autos de Gil Vicente, e passei duas uezes Diana de Jorge de Montemayor: mas cuydo q̄ acertava el Rey muyto ẽ serrar todas as Iscolas por dez annos ou doze annos;* por que muitos mancebos nobres, que andam nelas divertidos, mudarão o fito e se passarão às armas: porque enquanto assim não fôr, e as letras estiverem em tanta estima, que só elas governam o Reino, antes os Nobres quererão estudar para terem certas honras, e interesses, e repartirem-se por sua ordem com*

os soldados, que serem eles soldados, para pedirem a satisfação. Bachareis tem Espanha, que bastem para sessenta anos, e Médicos para uma eternidade; E há quem engane a el Rei, que dê partidos a quem estudar Medicina, porque à lambugem daqueles vinte e cinco, ou trinta mil reis vão cada ano para Coimbra mil vilões grosseiros tendo tal engenho para as letras, como eu para voar, nem eles as querem. Mas só o interesse daquele ordenado lhe faz gastar lá o tempo. Quanto melhor fôra pagar com isso quarenta soldados, e mil outras cousas com o que gastam Lentes e Colégios.

Assi que suspendendo el Rey as Vniversidades de Espanha pode ter doze mil Soldados muyto bons e dinheiro para os pagar: e tirar gente moça de malícias, e vícios pegadiços, que nascem da ociosidade, e por ventura, que em Coimbra, e Salamanca. Também fôra bom, que os Geraes das Ordens as joeiraram (*jueirarão*), e do joio (*joyo*) se fizera um famoso esquadrão de gente nobre, e esforçada: porque não há frade que não tenha uma costa de fidalgo, e quatro dedos de valente. E em verdade que há religião em Espanha de que se podem tirar cinco, ou seis mil homens de 24 até 30 anos de idade de boas disposições para a guerra: e porventura de melhor vontade, por que estão arrepêso, ou violentados, e servirão em uma galé com mais gosto que no coro. E eu cuido que nem por isso a santidade diminuirá na Religião: porque a terra da minha horta se cria menos hortaliça põe nela mais força, e cria-a muito mais formosa. E eu creio que Deus, que é a mesma bondade, e em extremo amigo de nos comunicar seus bens, dará do seu Espírito aos que ficarem enquanto vagassem pela ausência dos outros: E as religiões ficariam limpas de sujeitos pouco idôneos, e os bons mais graves, e do povo mais estimados. E quando na envolta fossem alguns frades santos, e virtuosos, ou por vontade, ou por obediência (porque é impossível mondar sem que se arranque algum grão de trigo) esses mudando lugar não mudam estado, da milícia farão religião, e com seu bom exemplo edificarão aos outros, e ganharão duas coroas a de Marte, e a de Maria.

E não franzão aqui a testa alguns escrupulosos: por que se o Papa, em tempo de meu Avô, tomou a soldo seis mil mouros para fazer a guerra aos cristãos, mais justo é tomar frades cristãos para fazer guerra aos mouros. Mas que para festas faça el Rei fintas quando nós todos choramos: melhor fôra fazê-las para outras cousas, ou não as fazer; porque se os fintados são cristãos novos, que isso quer dizer mercadores em Portugal, já está bem advertido, que esse dinheiro nunca se emprega em cousa, que luza, e dizem os praguentos, que é por ser mal ganhado, ou porque o dão praguejado. Mas não suspeito eu, que Deus será tanto seu amigo, que lhes faça logo a vontade. Queira ele que não seja levado injustamente, e por isso não prestam, como não presta o mal ganhado.

Parece-me a mi, q̄ fora melhor fintar-se el Rey assy mesmo, e depois todos os poderosos: mas qual delles lhe aconselhará isto? Algumas vezes me acontece na minha horta tomar a enxada, para que o meu moço, vendo que eu trabalho, tenha vergonha de estar ocioso. Devia el Rei despedir a metade dos officiais de sua casa, que são infinitos, ou mandá-los, que com os mesmos títulos, e ordenados sirvam na guerra. Para que são caçadores del Rei em Portugal, monteiros, capelães, moços de serviço? assentos de camareiros, porteiros, reposteiros, gentis-homens, sumilheras com toda a mais matizada? Eu não sei de que servem tantas guardas de Alemães, Espanhóis, Tudescos e Archeiros? Empre-guem-se todos no que importa, defendam el Rei de inimigos, que dos seus seguro está: E quando el Rei mais se comunicar aos seus, mais amado será deles, como aqui era o nosso Abade passado, que todas as velhas o abençoavam quando saía da Igreja: E no que se faz inchado vemos o diabo. Finte-se el Rei a si com o que gasta nas comédias, serões, caçadas, e aplique-o a dois navios de armada, e com isso rogando, e animando persuadea dois Duques de Portugal, que cada um tenha um galeão, porque eles são tais e tão zelosos do bem comum, e serviço de seu Rei, que o farão com muita pontualidade. E o mesmo pode fazer com seus Arcebispos, e com

os Bispos, que puderem, que pois a 3.^a parte das suas rendas pertencem à Igreja, não é contra razão gastarem-se em defendê-la. E o mesmo pode fazer com os Senhores de título, que há muitos em Portugal, e muitos mais em Castela, e de mais renda, exortando-os com cartas, e com exemplos, que diminuam os gastos de vaidade, e os empreguem na milícia, que nos é forçosa e necessária. E se com isso viesse a Portugal, seria a sua presença de mor eficácia, e aguçaria a vontade a todos para com mor cuidado acudirem a estas precisas obrigações; mostre-se que quer ser soldado, e logo todos o seremos; e as mulheres deixarão as rocas, e tomarão as lanças, como já em outro tempo fizeram.

Outra cousa quero dizer, e seia dito no ar, q̃ quẽ m.^{to} abarca, pouco aperta. Se os chinos, que eram Senhores de toda a Índia, por razão de estado, a largaram sendo tão poderosos, e fizeram assento por lei, que não conquistassem fora dos seus Reinos, nem consentissem neles homem forasteiro: Faça o mesmo Espanha, largue o que não pode sustentar, que melhor é largá-lo que tomarem-lho. Não queira em Flandres o que não quer ser seu: E deixe a Holanda (*olanda*), e guarde o pano caseiro. E se os Framengos querem ser hereges, vão-se ao Inferno, que nós nem por isso deixaremos de ir ao Céu se no Vale de Josafá nos puserem a mão direita. O cano da minha horta, se o quero entupir, arrebenta por duas partes. Assim embrulha o demônio estas guerras, que se se apaga uma acendem-se três, ou quatro. Os Reis querem fartar suas vontades, e nós o pagamos por nossos pecados. Enfim eu da minha parte aconselho a el Rei que venha residir a Lisboa, imitando a natureza, que acode com o sangue ao membro, que apodrece, e manda os espíritos vitais onde são mais necessários. Que por doze anos cerre todas as Escolas de Espanha, e aplique as despesas delas para as guerras. Que diminua as honras e proveitos dos Letrados, e as acrescente aos que pelejam com os mouros. Despida todos os que escusar em seu serviço. Obrigue com sua autoridade, e rogue a todos os Senhores, e Prelados segundo suas posses, que armem navios seus,

e o que pilharem lho dê para despesas. Largue o que não puder sustentar, sustentando bem o que lhe fica. Peça frades aos gerais das Ordens, que será para eles muito grande alvitre. E dos clérigos faça o mesmo: para que os ricos com a fazenda, os mancebos com a pessoa, os velhos com o conselho todos sirvamos como pudermos. E fazendo estas diligências para a guerra, emendando a vida, e as alheias, castigando injustiças, que destroem o mundo, indo-se à mão a seus apetites, fugindo tramas, e extorsões, estranhando-as a quem as aconselhar, Deus que é misericordioso, lhe dará vitória contra seus inimigos, e conservará este Reino, particularmente devoto de sua Religião, na honra, e prosperidade, em que o dominaram nossos antepassados.

Dados assim todos os votos, disse o Juiz Brás Galego: Todos o fizeram tão bem que eu não tenho que dizer: porque a porfiar qual sentença é melhor teremos uma briga muito comprida e as minhas tripas estão já raivando por jantar. Sou de parecer, que estes pareceres, assim como se deram, os escreva o Escrivão, e os enviemos a el Rei, que lhe deite a benção, por que dizem que Ele, Deus o guarde, é poeta, e lá escolherá o que lhe parecer mais acertado. *E nisto acordarão todos, e mandarão ami Balthazar fêz quadrado escrivão deste Conselho de Solorico, ã o escreuese, como aqui fiz, e Elles o assinarão.*

*Bras João galego Juiz, P.º cabeludo pedr.º
Vicente gomes tecelão Vreadores Gregorio
Vaz ortelão procurador do Conselho.*

Glossário e notas

Estes dois quadros — *Colloquio* e *Senatus Consulto* —, manuscritos enfeixados em velho caderno de curiosidades (e, agora, do bolor como penicilinizados a — *Sátiras Políticas de Seiscentos* —), exigiam, à praxe curial, como telas de pintura histórica de costumes e páginas vivas da comoção popular,

certo arrazoado de antelóquio para os «atar e liar na parede da história» (no dizer do nosso João de Barros, Prólogo da *Década I*). Mas, com justo receio de cair, o modesto tresladador, na irónica arguição do mesmo cronista contra tantos, «doutos como ignorantes», que se pressupõem «licenciados» na construção desse edifício das Letras, (para que tem apenas, a custo e em raras horas vagas, trazido pequenos apontamentos da vida antiga local), procura iludir-se ao encargo, sem deixar de reconhecer a necessidade de os colocar à luz do tempo.

Para a cumprir, sòmente possa, como o académico, procurar estudar a lição marcada, que, despida do ar grave de exórdio, se queima como simples comentário apendicular.

No Memorial das Graças e Mercês que Filipe II de Espanha mandou apresentar pelo Duque de Ossuna nas Cortes de Almeirim (11 de Janeiro — 13 de Março de 1580), declara-se a intenção ou promessa formal de continuarem como era de usança os tratos da Índia, Guiné, e outras partes pertencentes ao Reino, mantendo-se os oficiais e navios portugueses nos ditos tratos (Cap. VII); e que, no provimento das armadas da Índia, e das demais para defensão do Reino e castigo dos corsários, e conservação das fronteiras de África, S. M. mandaria tomar com Portugal o assento mais conveniente, ainda que com ajuda dos seus outros estados, e muito mais custo de sua Real fazenda (Cap. XXIV).

Tendo o Memorial o destino, que se pode classificar como de propaganda eleitoral, àquela assembleia reunida para decidir o problema gravíssimo da sucessão do Monarca, a atitude do candidato mostra, no solene e categórico do prometimento, quanto interessavam ainda aos sentimentos nacionais as Descobertas e as Conquistas.

Pouco mais de um ano depois, nas Cortes de Tomar (Abril de 1581), a matéria concreta daqueles dois capítulos era reduzida ao vago compromisso, aliás não cumprido fielmente, de cuidar muito da conservação das colónias, e auxiliar até a formação das armadas com os recursos dos seus outros estados.

Como explicar o contraste flagrantíssimo?

Ao tempo das Cortes de Almeirim, a obra diplomática de adesão a Filipe II, o principal aspecto pelo qual havia de exercer-se o domínio como preparatório do mais espectacular e decisivo da investida de armas do Duque de Alba, ainda não havia amadurecido, e, muito embora o próprio Cardial D. Henrique, senecto e esmagado, houvesse deturpado pelo veto a autenticidade da eleição dos Procuradores, a boa táctica política impunha coordenar o mais possível o programa eleitoral com as aspirações comuns. E, certo, lá apareceu Febo Monis, Procurador de Lisboa, a reclamar em nome dos povos o direito de eles nomearem sucessor à Coroa por falecimento do Cardial. (A. de Oliveira Marrecá — *Antigas Cortes de Portugal*: «Ainda nas Cortes de Almeirim houve, é verdade, um homem»). Nas Cortes de Tomar... a eloquência do Bispo de Leiria, D. António Pinheiro, reis de armas, arautos e passavantes, o colégio dos fidalgos, o Duque de Bragança de estoque desembainhado, como Condestável, o Desembargador Damião de Aguiar, o Arcebispo de Braga, e a nuvem de pedintes e mendigos de todas as classes...

«Aos povos corrompidos não tarda o dia da servidão» — exclama Herculano. «Os sucessos do fim do século XVI não se explicam por acidentes e circunstâncias, que estão longe de terem o valor que lhes têm dado: explicam-se por um facto gravíssimo de ordem moral, a morte da nacionalidade...» Mas logo informa que se quere referir à inércia, ao decair do sentimento nacional. «Traições cobardes, corruções hediondas, torpes cobiças, indiferença e imbecilidade popular». E ilustra o seu dizer com documentos da época, de fundamental interesse ao seu justo conhecimento e à exacta compreensão de como se dera e admitira a subjugação castelhana. (*Pouca luz em muitas trevas — 1579-1580* —. *O Panorama*, volume terceiro, segunda série). Como bem pondera Herculano, há, nesta época da nossa história, «uma alta lição», uma alta e dolorosa lição. «As virtudes políticas dos nossos maiores, o seu amor de independência grosseiro,

feroz até se quiserem, tinham esmorecido gradualmente com as pompas dos reinados de D. Manuel e D. João III, com o vão luxo, e com as desgraçadas riquezas adquiridas na Ásia, quase sempre por preço de imoralidades e de crimes». Das classes elevadas, o acomodatismo atingira o próprio homem do concelho, deixando enfraquecer as virtudes municipais. Como, diz ainda Herculano, moeda antiga, cujos cunhos o roçar de muitos anos apaga, o carácter português fora-se poindo. «Os grandes descobrimentos, que tinham suscitado as extraordinárias energias de Portugal, actuaram concomitantemente na sua decadência». Dois outros factores se acrescentaram — a acção religiosa, muito imperativa desde D. João III, que, no conflito, se exerceu consoante o rumo político dos jesuitas — tanto cooperou na anexação como na restauração depois, fácil no ambiente opressivo e depressivo; e o castelhanismo, ou união dos dois impérios peninsulares, agora, atenuado já o poder de autonomia com que nos fortalecia a Índia e o Brasil, a fortalecer-se no direito de sucessão, apoiando-se no exemplo do nosso D. Afonso V, e revigorava nos planos de absorção ibérica, várias vezes postas em jogo na nossa história. (T. Braga — *H. de Literatura Portuguesa*, 55, ed. de 1914, pág. 14 e seg.).

Oliveira Martins repisa: «a nação fora um ser vivo e forte no século XIV, e era um corpo moribundo no século XVI» (*História de Portugal*, II, pág. 71 da ed. de 1886).

A severidade austera de Herculano, cujo exemplo de probidade histórica é advertência sempre viva, e aquela misantropia espiritual de Oliveira Martins, que por vezes neblusava o mago ressuscitador de cenas do passado, levam-os, na mágoa de piedoso sentimento lusíada, a excesso de dureza, que roça pela injustiça. A fina flor da nobreza, os moços galhardos e intrépidos, tinha caído em Alcácer Quibir — dela apenas entre nós devia ter ficado o pusilânime ou o descontente; e a velha, ou alquebrada pelos desgostos sofridos com o luto, ou a que, havendo combatido, a empresa de D. Sebastião, estava em dissídio com a Coroa. A Igreja, na pessoa de seus Prelados

ocasionais, vira sobrepor-se aos seus privilégios e hierarquia, ganhos, muitas vezes, em porfiados combates, uma nova sociedade eclesiástica, a dominar o século, temporal e espiritualmente. O povo, que se batera nas Cortes de Almeirim, como em Alcântara, ou em ruas e praças, estava exausto pela peste e pela fome — esses dois terríveis flajelos que tão poderosamente contribuíam para o amolecimento mórbido do verdadeiro sentimento nacional. À orgia báquica de opulência e devassidão, seguiu-se uma rixa sangrenta. Era o torpor, entre os fumos licorosos e charcos de sangue; entre a desolação do cansaço, o atordoamento do remorso, a incerteza do rumo, na vasta planície da miséria e da fome. (A história não admite adverbiais condicionais — se, após o desastre de África, a sucessão legítima de D. Sebastião se realizasse, dando tempo ao corpo nacional de restaurar-se . . .). O contraste de 1380-5, cuja revolução tem, no dizer do próprio Oliveira Martins, «o carácter de um Juízo-de-Deus», (e ainda que não tão flagrante, como pode ver-se de certos passos de Fernão Lopes: as incertezas dos nobres, o ondular do povo . . .) e 1580, deve temperar-se com a evidente diversidade do clima nacional.

A dominação filipina, em consequência lógica, trouxe-nos, como inimigos, os inimigos de Espanha, e nada menos que a França, a Holanda e a Inglaterra. E a essa forte inimizade, por vezes raiada de ódio turvo e ansioso de vingança, provocada em lutas armadas, juntava-se a emulação e a inveja com o açulamento de nossos memoráveis feitos, além da natural impaciência da expansão para o aproveitamento do trato mercantil. Aí por 1502 arrebatamos a Veneza o tráfico dos produtos do Oriente — Lisboa era a metrópole. Mas essa hora já declinara para o ocaso nas próprias vicissitudes da grandeza. Da praia lusitana, donde desfraldaram as caravelas do Gama e de Cabral, saíra a armada de D. Sebastião: daquelas, agora, as poucas que tornavam, eram vazias ou desfalcadas; nesta, vieram cadáveres e ilusões mortas. Como se não bastara, à nossa maleável docilidade, sem desmentir o vigor do ânimo

ousado e aventureiro, substituiu-se a arrogância do vencedor espanhol. Notem-se estas linhas de Pyrard: «Ao mesmo tempo que, de presente, os espanhóis e portugueses tentavam avassalar por si sós os elementos que são comuns a todos, vedar os mares, e expelir por toda a sorte de maus tratos os franceses e as outras nações, que queriam viajar e comerciar nas regiões que eles dominavam. Isto moveu principalmente uma companhia de mercadores de S. Malò, Laval e Vitré no ano de 1601 a sondar o vau, buscar o caminho da Índia, mostrá-lo aos franceses, em suma, beber na própria fonte. (*Viagens de Francisco Pyrard de Laval*, vol. I, Preâmbulo).

Efectivamente, proibido desde 1590 o comércio dos holandeses («e pela Holanda se fazia então a maior parte da distribuição das especiarias orientais para todo o centro da Europa»), provoca-se, acrescentando esse facto ao rancor da inimizade, à vingança pelos ultrages sofridos e à fermentante ambição de famosos e opulentos negócios, a criação, em 1602, da Companhia das Índias Orientais, e, em 1621, da Companhia das Índias Ocidentais. E assim às lutas, em que já andavamos empenhados, com os indígenas e com os turcos, vão acrescentar-se as mais duras, porfiadas e cruentas com franceses, holandeses e ingleses. (Manuel Murias — *Consequências imediatas da união com a Espanha na decadência do império colonial português* — in *A Restauração e o Império Colonial Português*).

Uma paragem para relembrações. D. João III computara (1544) em 1.500.000 cruzados o que se dispendera em 20 anos com *gastos extraordinários* na Índia. *Les talismaniques contrées de l'Orient*, como lhes chamou Balzac (*L'Elixir de longue vie*), já haviam para nós exaurido a cornucópia da abundância atordoadora. Logo depois da segunda viagem do Gama, as duas primeiras frotas para a Índia coincidem com duas investidas da peste em Portugal (1503 e 1506). Era um sinal agoureiro. Mas os olhos, encandecidos no fulgor da riqueza ou avidamente famintos, não o enxergaram. Para a exploração do so-

nho oriental, sob o aspecto económico (a que não devemos jamais, aliás, reduzi-lo apenas, pois o que nele há de verdadeiramente grandioso, e sempre nos cumpre exalçá-lo, está nos seus outros aspectos, guerreiro e espiritual), era preciso dinheiro, muito dinheiro, e homens, muitas vidas. E nesses esbanjamentos — de riqueza e actividade viril — chegou-se à loucura. Da maneira como se variamente processou o negócio da pimenta, dos sucessivos descalabros que nos depauperaram, e a muitos contratadores estrangeiros, deu-nos *Lúcio de Azevedo (Épocas de Portugal Económico; A Índia e o Ciclo da Pimenta)* o relato preciso e amargamente confrangedor. As naus que, de 1514 até adiante, vinham sobrecarregadas de especiarias, por fim velejavam com cadáveres. Depois do monopólio da feitoria de Antuérpia, dos largos poderes da Casa da Índia, do comércio livre (1570), com taxas a favor do erário, para o estrangeiro, mantendo-se ainda para a pimenta o privilégio da Casa da Índia, como se agravasse a falência dos contratadores, passou-se ao arrendamento do contrato de importação até 1596. Nem assim se tentaram novos contratos — em 1597 só se armaram três naus, e essas à custa da nossa própria Índia! Ainda se procurou carregar sobre novos contratadores com as despesas do armamento, mas estes em breve (1610) desistiram como os antigos haviam falido.

Se a monção nos era desfavorável, a outros de aproveitá-la. Era a hora de Hugo Grócio que, ao defender a liberdade dos mares, defendia a Holanda contra a Espanha e Portugal e com o *de jure proe-dae* as presas feitas às caravelas portuguesas (Barbosa de Magalhães — o *Padre Francisco Suarez e o Direito das Gentes*, in *Revista da Ordem dos Advogados*, 8, 3 e 4, pág. 11).

Na Índia também se agravava a nossa situação. «Por volta de 1570, escreve Henrique Lopes de Mendonça, todo o poder maometano do Oriente se conjura contra o domínio português. A Índia inteira freme com a tropeada dos esquadrões, com o rodar dos engenhos de artilharia, com o soturno calcar dos elefantes de guerra, com a marcha das legiões inúmeras, mogores, samos, persas, corações, resbu-

tos, lazarins, abexins, brâmanes, malabares, achens, desvairadas gentes, unidas num ódio comum aos franques, torrente impetuosa que se precipita dos Gates, formigueiro de mareantes que coalha as ondas do Índico, ameaçando subverter os exíguos troços portugueses, disseminados por todas as pregas do litoral indústânico, desde o golfo de Cambraia até ao cabo Comerim. O empório de Goa, sobre o qual há mais de meio século vermelham cruces de Cristo e tremulam as quinas de Portugal, é o termo do resvaladouro onde se despenham, feras e famintas de vingança, as hostes do poderoso Adil-Xá, o rei de Bijapor. A nobre capital de Afonso de Albuquerque, defende-a agora o visor-rei D. Luís de Ataíde, senhor da casa de Atouguia, cuja energia é ainda capaz de lustrar o ouro já baço do glorioso brazão nacional.» (Henrique Lopes de Mendonça — *Fumos da Índia*, ed. Portugal-Brasil).

Ora quando, para aguentar ainda possivelmente o tráfico de mercadorias, na manutenção do que restava da nossa posição comercial e marítima, sob a constante ameaça de piratas crueis e dos corsários destemidos (e sabe-se quanto os corsários arriscadamente contribuíram para a construção do domínio marítimo da Inglaterra), e para enfrentar essas lutas assoberbantes, sèriamente ameaçadoras, agora, de todo o nosso império ultramarino, na África, no Brasil e na Índia, além dos cuidados na defesa e fiscalização da costa metropolitana, mais necessária se tornava uma forte armada, é quando mais se acentua o declínio da nossa marinha.

A acção portuguesa, para além do mar de nossas praias — daquem e dalém mar — descobrimentos e conquistas, não foi como está suficientemente esclarecido e documentado, surto de audácia ou improvisado milagroso. Com a matéria prima do homem, suggestionado de aventura e intemerato no perigo, capaz de todas as abnegações e ágil em todos os cometimentos, base indispensável ao poder marítimo era necessariamente a armada de combate, a frota marítima de navegação, comércio e transporte. Sua organização, desde as medidas do Rei Lavrador e de D. Fernando à obra magnífica do Infante e Escola

de Sagres, era obra meditada e persistente. Mas se desde logo tivemos de arrostar com a fúria dos elementos, o gigante Adamastor e as tempestades, no rasto das nossas caravelas, ao próprio esplendor de nossos feitos de maravilha — novos mundos que ao mundo trazíamos —, erguia-se a espuma da inveja e da cobiça — aliás no mais rudimentar movimento automático do instinto natural de conservação de cada povo. E devia ser, então, bem dramático o quadro que oferecia ao nauta a comparação do que fora e do que restava. O melhor da frota de combate sofrera três desastres gravíssimos — a campanha de África de D. Sebastião, as batalhas navais dos Açores com os partidários de D. António, Prior do Crato, e o da Invencível Armada que, por ironia do destino, saíra de Lisboa (27 de Maio de 1588).

Os corsários e piratas, que nos haviam já duramente perseguido e desfalcado, em mais extenso plano e em mais asos propiciatórios, multiplicaram as acometidas, com mais segurança na impunidade. (Pois se já, em 1531, D. João III escrevia a D. Álvaro de Ataíde para que este apresentasse ao Rei de França suas queixas de que, desde o começo do trato com a Índia, só os corsários franceses tinham apresado mais de 300 navios!) E o apetite de Inglaterra andava cada vez mais insaciado e voraz... Além de que: em muitas das páginas da nossa história trágico-marítima, em que há o sublime e o macabro, o heroísmo e a vileza, a santa abnegação e a crueldade feroz, se vê que se os naufrágios horrorosos se devem, em certos casos, às contrariedades dos ventos, às perfidias do tempo, à incerteza dos mares, e, em outros, ao ganancioso excesso de carregamento, a muitos deu causa a imperfeição técnica da construção ou ao mau reparo dos barcos, desde que Dracke levara para Inglaterra um dos nossos, para averiguar do modo da construção, no que se deram lá por entendidos, não o sendo. F. M. Bordalo refere o encontro, na ilha de Santa Helena, com três naus holandesas, do galeão Santiago, saído de Goa em Dezembro de 1601 — «barco fransino e de pouco porte, o qual todavia carregou da Índia quatro mil quintais de pimenta e muitos fardos...

e trazia a bordo trezentos homens, entre marujos, oficiais, soldados, fidalgos, padres e escravos.» (F. M. Bordalo — *Quadros marítimos*). De modo que embarcações fracas para o transporte, ainda sobrecarregadas, por isso mesmo que delas havia minguia, e inaptas para a defesa contra adversários, mais frequentes e atrevidos. Assim se agravaram velhos males.

«De 1497 até 1612 partiram para a Índia 800 embarcações: 425 regressaram a salvamento, 20 arribaram, 66 perderam se, 4 foram tomadas, 6 queimadas e 285 ficaram ao serviço da Índia». (Luís de Figueiredo Falcão — *Livro que contém toda a fazenda e real património dos reinos de Portugal, Índia, ilhas adjacentes...*) «No governo de Filipe II tinham continuado sem interrupção de Lisboa para os mares orientais as armadas de 5 e 6 naus que era costume saírem todos os anos; mas os contratos com armadores pouco escrupulosos, a avidez dos capitães, e as negligências da administração multiplicavam os desastres. Mal construídos, mal armados, providos com escassez e abarrotados de carga, os navios comportavam-se péssimamente no mar, abriam água quase ao largo do porto, e não podiam resistir aos temporais. Sobre 96 naus e 1 galeão, que partiram para a Índia desde 1580 até 1598, 8 arribaram, 15 naufragaram (submergindo-se 11 com as tripulações e carregamentos), e foram apreçadas 5 pelos ingleses, perda imensa, que, não contando o valor da carga, pode calcular-se pelo menos em 600 contos de reis, da moeda da época, nos 18 anos de reinado de D. Filipe, porque só com as frotas aparelhadas de 1588 a 1592 consta dos registos oficiais que o erário dispendera para cima de 490 contos, custando as armadas uma por outra 95 e 100 contos de reis». (Rebello da Silva — *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII*).

De 1600, os ataques de Inglaterra e Holanda acentuam-se com persistência e progressiva força na organização. E, ao contrário do que se dera em 1604 com a Inglaterra, não entramos no tratado de paz com a Holanda em 1609. A luta exacerbou-se então, logicamente, na África, na Ásia e no Brasil. Não tinha-

mos barcos, nem dinheiro, nem homens para os prover e armar... e, entretanto, nas ruas de Lisboa e do Porto «os soldados pediam esmola».

Aos males internos, de que vinhamos a sofrer (desde 1525 que se pedia ao povo e aos particulares dinheiro para solver empréstimos: as dificuldades económicas e financeiras com o Império Colonial, resultantes da crise do século XVI, agravaram-se no tempo de D. João III, tendo de nos obrigar com a garantia da pimenta, a levantar, com juros dinheiro pedido de empréstimo na Flandres (A. de Magalhães Basto — *Poeira dos Arquivos*, pág. 109—), e no eclipse da nossa própria situação internacional (agora confusa com a de Espanha), acrescia a fúria do ataque. Nos *Tumultos de Évora* escrevera-se: «Os nossos domínios da África, da Ásia e da América passavam a ter diferentes senhores. Todos os navios que chegavam do Oriente, ou do Ocidente, nos traziam a nova de que uma fortaleza, uma cidade, uma província vira arrastar pelo chão, vencido e coberto de opróbio, o pendão das quinas. A decadência de Portugal era rápida, espantosa, posto que não sem glória. Não sem glória dizemos, porque esse punhado de portugueses, derramados pelas três partes do mundo, vendiam bem caro as conquistas, feitas à ponta da espada por seus pais, às nações que vilmente se aproveitavam da nossa opressão para nos roubarem. ... Certo que não menos ilustre, que grandes façanhas, foi a perda das nossas colónias que a sua conquista. ... Mas isso não nos salvou. Os velhos soldados da África e da Índia acabaram de se gastar e consumir, mais (como observa um viajante desse tempo) por fome de cerços, que armas de peleja; ficaram apenas nas praças e povoação da Ásia e da África mulheres e crianças, e esses países foram senhoreados pelos ingleses e holandeses que destemidos conquistavam... os sepulcros dos cavaleiros portugueses!... A história da longa agonia do domínio português no Oriente é formosa; porém não teve Barros e Contos que a escrevessem...» (*Tumultos de Évora*).

Seguro e certo; a epopeia trágica da perda estreveu-se com o mesmo sangue generoso e forte,

com que se havia escrito a epopeia vitoriosa da conquista; e nem aos que caíram mortos conseguiam arrancá-los da nossa terra lusa. À adversidade do tempo, que atravessávamos, deve acrescentar-se a conjunção dos adversários, concitados por velhos ódios, a muitos dos quais éramos estranhos — o de Holanda, que não esqueceria jamais sua fidelidade vingativa ao grito de sublevação, soltado em Abril de 1572; o de Inglaterra, contra cujo poder se armara, com o melhor da nossa frota, a Invencível Armada; a própria França, a sangrar ainda das jornadas de 1595-1597; e à nossa fraqueza, com recursos próprios já insuficientes para a amplitude e dispersão do nosso império ultramarino, agravada ao extremo pelo anexo a um império mais vasto, o contributo forçado ao novo senhorio arrogante. Foi uma agonia lenta, como diz Herculano, mas honrosa e forte. Agonia que não vai, afinal, à morte, mas ao resgate. Mesmo no que então perdemos, e não voltamos a salvar, ficou perdorável a marca lusíada, sobranceira e em contraste com os negócios, a administração, as «civilizações» dos novos possuidores. Nossos honrosos feitos, em horas da mais cruciante amargura no coração da Mãe Pátria, fulgiam ainda, e de novo, versos dos *Lusíadas*.

Pode ser, ao menos tanto como nas mais simples relações vulgares, errada a lógica das conjunções hipotéticas ou condicionais na vida histórica, que de mais a nada valem, mas não deixa de ser admissível o pensar de Oliveira Martins de que, se é verdade ter dado causa imediata à perda do império ultramarino português a nossa subordinação a Espanha em 1580, não foi a causa essencial, pois a Índia se teria perdido: à decadência da nossa sociedade, correspondendo a mocidade vigorosa dos povos que o cobiçavam, têm ainda de somar-se os erros e as vergonhas da nossa administração oriental. São, por isso mesmo, dobrados em valor e mais altos em espiritualidade, os claros feitos de inegável prestígio do sangue português derramado na Índia, como para marcar a independência de Portugal cativo, e vingar da lama de oiro, que o alvitava, o luso fulgor antigo das horas gloriosas.

E, todavia, estamos com Oliveira Martins: « quaisquer que fossem os nossos erros e vícios, a nobreza, embora bárbara, dos conquistadores do Oriente, vale mais do que a tacanha cobiça dos mercadores de Holanda... (*O Brasil e as Colónias Portuguesas*, 3.^a ed., pág. 41) e dos outros dominadores da Índia ». « Os heróis portugueses têm o quer que é de grave e digno, ao mesmo tempo severo e quase triste » (Oliveira Martins — *História da Civilização Ibérica*), 6.^a ed., pág. 2871.

Mas reatemos, sem alargar as rédeas às palavras, como preceituava Heitor Pinto.

A criação de um tribunal separado para o governo do Estado da Índia e Domínios Ultramarinos tinha, nas limitações regimentais, o próprio manietamento.

Feita por Espanha a trégua com os holandeses em 1609, nós tivemos, por virtude da exclusão dela, já mencionada, de sustentar e prosseguir em guerra, ainda mais exacerbada, na África, na Ásia e no Brasil. Com o aumento constante das despesas e a restrição e incerteza dos lucros cada vez se tornavam mais deficitárias as finanças. Era mal antigo, muito agravado, e a ameaçar tornar-se crónico: assíduos cuidados tivera o nobre Infante D. Pedro no restauro das avarias económicas causadas no tempo de D. Duarte com os cinco anos de peste, para logo o valente e generoso D. Afonso V voltar a prodigalizar as receitas por forma a deixar a D. João II uma herança de dívidas; com D. João III a situação financeira agrava-se com os juros dos juros e mais empréstimos. (Lopes de Mendonça — *Os últimos anos do reinado de D. Afonso V*, cap. I ; Oliveira Martins — *História de Portugal*, vol. II, pág. 25 e *Regime das Riquezas*, pág. 196). O oiro da Índia (cuja receita, segundo o orçamento do tempo, se computava em cerca 360 contos, abalada pela ganância dos portugueses, a ferocidade da Inquisição e o domínio de certo clero ambicioso e ignaro, a deslustrar os feitos memoráveis dos verdadeiros missionários, atravessava, como nota Pinheiro Chagas (*História de Portugal*, vol. VII, ed. popular, pág. 187) apenas atravessava Portugal para ir entrar nos cofres espanhóis.

Já quando, em 1609, a Câmara de Lisboa quis repartir pelas câmaras dos Municípios Portugueses o subsídio de 370.000 cruzados, que lhe eram exigidos para o serviço da viagem a Portugal de Filipe III de Espanha, estas responderam por forma a salientar «a miséria económica do país naquele tempo de tão dolorosas privações». Era a miséria, que atribuíam às epidemias, nos maus anos agrícolas e à emigração. (Fortunato de Almeida — *História de Portugal*, Livro VII, vol. 4.º, pág. 87). Pois só a receita da importação da pimenta (20.000 quintais a 30 cruzados o quintal) andara computada em 240 contos! (Luís de Figueiredo Falcão — *Livro em que se contem toda a fazenda e real património dos reinos de Portugal, Índia e Ilhas Adjacentes*).

As pestes que nos vinham flagelando, e às más colheitas, que sempre coincidem com outros factores deletérios da economia, sobreviera a intensificação da corrente emigratória: «A larguesa do direito de asilo, a tolerância com que eram interpretadas as leis da metrópole, a atração do mistério e da aventura, a esperança de enriquecer depressa, o desejo de se furtar a uma dominação que afrontava o seu patriotismo, tais os motivos que principalmente concorriam para esse largo movimento emigratório». (Pereira Veloso — *O Brasil durante os 60 anos de administração filipina* — Congresso do Mundo Português — Memórias e Comunicações, Tomo I, pág. 153). E não eram só os que fugiam, em demanda de outro ar mais sadio e trabalho mais seguro ou remunerador, mas as levas de homens de mar e de guerra, para servirem em África e conquistas da Guiné, Índia e Brasil, que, no ano de 1632, ainda o Juiz do Povo — Francisco Velho — com os demais da Casa dos Vinte e Quatro, calculavam por ano em 5.000. (O documento, citado por Fortunato de Almeida, vem transcrito no *Archivo Pittoresco*, vol. III, pág. 342-351). São braços que faltam à lavoura, aos ofícios, à vida activa nacional. Dos embaraços graves que essas levas de homens traziam a nosso viver agrícola, da forma do recrutamento, das consequências e reflexos dos fumas indianos em nossos costumes, dão claro testemunho as sólidas páginas do magnífico traba-

lho do meu querido e preclaro Alberto V. Braga, em seu estudo, em publicação na *Revista de Guimarães* — «*Para as naus da Índia e do Brasil*».

Uma determinação, inteligente no entender de certos e nefasta segundo o critério de outros, mas sobremaneira característica do nosso método colonizador, esse não superado, protege e favorece o casamento de orfãs portuguesas na Índia e proíbe a fundação de novos conventos de freiras. (Visconde de Lagoa — *Grandes e Humildes na Epopeia Portuguesa do Oriente* (Séculos XVI e XVII — vol. 1.º, pág. 41 —, obra admirável que, honrando o nome de Portugal, se impõe à gratidão de todos pelo consciencioso critério e extenuante labor.) Procura-se, em 1611, reprimir os abusos do poder e os desvergonhamentos da ganância. Mas esta queria abafar o heroísmo — o dinheiro, inimigo constante da virtude —, embora empenhado, no mais dramático período histórico, em lutas, como a de Ceilão, que por vezes duraram cinquenta anos! (Alfredo Pimenta — *Subsídios para a História de Portugal — Ceilão Portuguesa* —, pág. 173; digno de meditação o Regimento de D. Nuno Álvares Pereira, que lhe deu D. Jerónimo de Azevedo, vice-rei da Índia, em 1615 — propagação dos princípios cristãos, defesa dos naturais contra as forças e tiranias dos vidamas e portugueses como senhorios das aldeias, evitar demandas e brigas, disciplina dos soldados e vigilância dos indígenas, «que são gente de viva quem vence».)

Por vezes, as próprias reformas são causa de novos erros: como a autorização de venda das capitánias e cargos, concedida em 1616, só reconhecida oficialmente dois anos depois. Crasso foi, entre nós, o da expulsão dos árabes em 1610, medida, aliás, «prudente», se nos lembrar-mos de que certos clérigos clamavam por uma degola geral, mais do que herodesca, pois incluía as mulheres, os velhos e as crianças! (A este devem acrescentar-se a proibição em 1621, poucos dias antes da morte de Filipe III, da residência de escravos mouros e turcos em Lisboa, portos de mar de Portugal e Algarve e em todos os lugares situados a menos de vinte quilómetros da costa, e as contínuas perseguições e

extorsões aos judeus, que conseguiam escadar das fogueiras inquisitoriais).

A viagem de Filipe, cujos preparos se fazem desde 1612, faz-se em 1619: arcos de triunfo, iluminações, auto de fé em Évora. «Branco e ruivo, de lábios grossos e compleição melancólica», todo o governo entregue ao Duque de Lerma, fecha-se no convento dos Jerónimos, em coisa alguma de positivo se assenta em resposta aos capítulos tão laboriosamente formulados. De verdadeiro ou concreto foi a sobrecarga de despesas para que tiveram de contribuir as câmaras, cuja economia mais desastrara com os novos tributos. Com sua morte, em Março de 1621, foi, então, muito pior. A gangrena social, como acentua *Rebello da Silva*, alastrara. Entre outros males, novos e velhos, o luxo mórbido a encobrir a própria miséria moral, se não a desnuda-la, e a enxovalhar «a total miséria do povo». «Nenhuma das coroas (mais debilitadas unidas que separadas)... podia acudir ao mesmo tempo à defesa e conservação de domínios extensos e remotos. O mal nascia da falsa opulência. Aquele corpo colossal, aonde já não chegavam os braços dos descendentes dos Gamas e dos Pizarros, oprimia e aniquilava os recursos dos dois reinos». Cumpria-se a macabra profecia do Pasquim, que, anos atrás — e parecia muito mais longe —, em 1605, (festejando os castelhanos o nascimento do Príncipe em Sexta feira da Semana Santa) onde se dizia «... que armas e letras enriqueciam e enobreciam os reinos; e as armas de Flandres, e letras de câmbio de Génova tinham destruído a Monarquia de Espanha; e, considerando os milhões que vem a El-Rei das Índias todos os anos, e que tem de renda em seus Reinos 34 milhões cada ano (que com muita parte lhe não chega o Grão Turco), dizem que pudera ter calçados os caminhos de meia Castela, se não houvera estas duas sacas e bocas do Inferno...», do qual tomara nota, como observador atento, *Tomé Pinheiro da Veiga (Fastigimia*, ed. da Biblioteca Municipal do Porto, organizada e prefaciada por José Pereira de Sampaio, (Bruno), 1911, pág. 20).

Era uma riqueza volátil, que já trazia em si a inquietação da fuga e desperdício. «A nobreza, ociosa na corte, arruinava-se em festas luxuosas, enquanto os morgados se transformavam em maninhos e os baldios se alargavam de ano para ano. O clero e as religiões não cessavam de adquirir e as suas imensas propriedades, imobilizadas, deixavam sem emprego milhares de pequenos cultivadores, que uma repartição mais equitativa do solo teria ocupado com vantagem», vai anotando *Rebello da Silva*. O painel destas malaventuranças é levado às Cortes de Madrid em 1621. É de justiça reconhecer que se não podem atribuir exclusivamente à dominação filipina. Em grande parte as favoreceu e incrementou, com dar agasalho e honras aos oportunistas e conformistas; por outra forma, ainda, mais facilmente medravam na moleza da sujeição: «Não há, como sublinha o grande sociólogo brasileiro *Gilberto Freyre*, escravidão sem depravação sexual.» Supuração do pus no corpo verminado pela riqueza estonteante, que nos viera às regaçadas do Oriente, e, depois, anemiante de fadiga, caído no relaxe da inércia e do vício. Precisamente nesse ano de 1621, «chegavam a Lisboa tão dolorosas notícias sobre o estado a que os inimigos (holandeses e ingleses, auxiliados pelos indígenas) iam reduzindo a Índia, ganhando na boa fortuna de alguns cometimentos confiança para tentarem outros maiores, que a Câmara de Lisboa se julgou obrigada a representar a Filipe IV a amargura que lhe causavam os apertos sofridos no Oriente.» (Fortunato de Almeida — *História de Portugal*, vol. 4.º, pág. 107).

A Carta Régia de 23 de Julho irritou vivamente a nobreza, obrigando-a a apresentar, em praso dado, os títulos necessários à confirmação geral das mercês dos bens da coroa e ordens. Logo interveio a chicana, com bonomia dos Tribunais. Ficaram sobressaltados os donatários, mais aptos a colher as rendas do que a prestar contas das origens dos proventos, e em alarme, desconfiados — era a estilha de fogo que lhes havia de acender o patriotismo da revolta... Determinada em 1617 a reforma do regimento dos coutos, só dez anos depois são criadas

as juntas de liquidação e arrecadação dos débitos, para, volvidos outros dez, se reconhecer o pouco resultado das diligências empregadas. Andava tudo assim. Entretanto, lembra outra mananciosa fonte de receita: os rendimentos da bula da cruzada, com que se sustentavam os presídios africanos, que se mandam aplicar aos galeões de socorro da Ásia— e assim se apuram 80.000 cruzados para a armada do Conde da Vidigueira.

Havia expirado o prazo das tréguas com a Holanda. O novo Filipe manda fechar os portos e o comércio aos navios e mercadorias holandesas. Cerceia, o contrabando, o rendimento das alfândegas. Em confirmação das ordens régias do ano anterior, em Janeiro de 1623 determina-se que todos os funcionários, no prazo de 60 dias, apresentem o inventário de todos os seus bens actuais e dos que fruíam a quando entraram para a função pública (medida que talvez devesse figurar, sempre, na legislação dos povos!); e que todos os possuidores de vilas, lugares ou jurisdições declarem os seus rendimentos, os dotes das filhas, as somas e fazendas cedidas aos filhos-ou parentes, as jóias e peças de valor, as pratas, os coches, os cavalos, os quadros, as tapeçarias e os móveis, incluindo as camas. (A Lei Pragmática de 29 de Outubro de 1609 (seguimento do estabelecido em 1535 por D. João III, confirmado em 1560 e 1566)—proibia usar em casa ou fora dela, tela de ouro ou prata, ou lavrado de aljôfar em seda ou pano, passamanes de ouro, ou quaisquer tecidos com ouro ou prata, ainda que os tecidos ou bordados tivessem vindo da Índia). *Rebello da Silva* classifica essa determinação (a de 1623) da prepotente e odiosa, devassando a vida íntima, que difamava a honra dos empregados e humilhava todas as magistraturas desde as mais elevadas às mais modestas. A relutância fora de tal força que, à semelhança dos fidalgos (com a medida tomada em 1617), fizeram a greve surda. Prepotente e odiosa, certo por vir de quem, havendo começado por corromper as consciências, venalizando-as, e nos maltratara a honra e espoliara no melhor do património e dos recursos, não tinha sombra de autori-

dade moral para a exercer, não com vista a sanear costumes, se não apenas movido e à cata de novos proventos; mas também pondo o dedo na chaga do crasso desvergonhamento dos costumes, tão ao vivo postos a nú em algumas páginas — sempre dignas de meditação, ontem e hoje, da célebre e notável *Arte de Furtar*. A ganância desenfreada, com que atraíçavamos e denegriamos o esplendor dos Descobrimientos e Conquistas, apodrecera-nos, ou dementara-nos. Basta recordar este caso, referido por *Fernão Mendes Pinto*: a um porto da costa de Malabar chega um carregamento de mercadoria do Capitão de Malabar, no valor de 10.000 cruzados. O feitor vende-a por mais de 50.000 cruzados. Numa sublevação popular, aliás provocada, espoliam os vendedores dessa importância. Obtido consentimento para a desforra, assaltam três juncos no rio de Calantão, matam os ocupantes e defensores dos juncos e apoderam-se de valores superiores a 300.000 cruzados! Incidentes como estes (justificativos de sobejo de algumas palavras amargas de Aquilino Ribeiro no seu trabalho — *D. Constantino de Bragança*) enchem uma enciclopédia. Mas, ao menos, estes, por lá, ainda corriam os riscos dessas aventuras. Os de cá enfartavam-se até aos gorgomilos e em pânria, no calmo sossego das chatinagens. A imoralidade ainda era mais grave.

Entretanto apertavam-se as malhas do sistema fiscal, desde o princípio adoptado. Nem conheciam outro os Ministros de Espanha. Se esta nos tomara quando já estávamos enfraquecidos e pobres, as medidas drásticas da tributação — o famoso imposto do sal, o do açúcar, a taxa da manteiga e do queijo estrangeiros, a reforma da Casa dos Cinco, o real de água, a amortização forçada dos jurós das dívidas com títulos sem valor, a meia-anata sobre os ordenados dos novos providos em officios não eclesiásticos, as extorsões aos judeus, as garras aduaneiras, os empréstimos forçados, os pedidos às Câmaras, de imperativo despótico no ar de esmola mendigada, os 3 por cento sobre as mercadorias dos navios mercantes, os lançados sobre os géneros de consumo — levam-nos fatalmente à penúria extrema:

«O Reino, observa *Rebello da Silva*, converteu-se numa prisão por dívidas.» E sem proveito — fogo de palha, a arder um momento breve.

Os agricultores, esgotados pelo fisco, arrepanhados para as levas, abandonavam as terras. A necessidade de recrutamento de gente de mar, para as armadas a aprestar para a Índia, faz-se mais duramente sentir desde 1606-1608. Em 1608, D. Filipe manda empregar o dinheiro dos crescimentos da Câmara do Porto. Logo no começo do ano de 1662, além do subsídio para a solicitada e prometida viagem real a Lisboa, exigia-se dos mercadores da mesma o donativo de 300.000 escudos para o pagamento de 3 navios e 400 soldados para a defesa da costa da Mina contra os holandeses. É então que se procura nova base de receita no imposto do sal que saísse das barras de Lisboa, Setúbal e Aveiro. Em 1619, na organização e manutenção da armada da defesa das costas (se bem que desde 1591 que os homens de negócio pagavam o tributo de 3 por cento, avaliado em 75 contos para essa armada), lançam-se sisas das entradas do mar. Logo, em 1620, são todos os crescimentos e sobejos das sisas. E em 23, tendo a Câmara de Lisboa já dado «na armada que foi na monção passada de Março», duzentos mil cruzados, exige-se da Câmara do Porto que, para a que devia partir de Lisboa em Setembro, apreste um galeão de quinhentas toneladas, artilhado, provido de armas e munições, gente do mar e de guerra, e de mantimentos para sete meses de viagem. (*O Porto Seiscentista* — Subsídios para a sua História — Coligidos por *António Augusto Ferreira da Cruz* — Cap.: Em defesa do Ultramar). — Afora os eclesiásticos e fidalgos, não tributáveis, a gente de negócio, com a razia dos cristãos novos pela Santa Inquisição, fugira do Porto para a Holanda; «os moradores do termo, por sua vez, estavam tão pobres, supurtavam tantos encargos, que a maior parte do ano se sustentavam de esmolas que pediam.» A gente do mar, acossada e roubada pelos corsários, mesmo na costa, vivia também na miséria. Foi essa a resposta que saiu da reunião, na Casa da Câmara. Mas de Madrid insistem.

Arranjem-se como puderem. Se não for a bem, será à força. E não houve outro remédio. Desengandamente, o Alvará de 16 de Novembro fixa a determinação de Portugal contribuir com estipulada quantia para o socorro da Índia. É por isso que, mais adiante, um emissário vem ao Porto tratar esse caso grave do — Socorro! — e estala o Motim das Maçarocas de que são heroínas as mulheres revoltadas. (A. de Magalhães Basto — *Falam velhos manuscritos: O Porto e os Filipes* — no *Primeiro de Janeiro*, ano 81, n.º 54, 25 — Fevereiro — 1949).

Foi então que, novamente se instou com o Bispo Inquisidor Geral para que apurasse as maiores somas que pudesse juntar dos bens confiscados pelo Santo Officio e se escreveu a todas as Câmaras para que concorressem com um subsídio para a armada da Ásia. Era mais um pretexto para a exigência de maiores sacrifícios... Revelava-se a incapacidade dos negociadores das tréguas de 1609, e da negligência lastimosa «com que haviam sido desprezadas as vantagens propostas por alguns Príncipes asiáticos inclinados à amizade de Portugal. Enquanto os holandeses coligiam esforços para nos lançarem fora de Moçambique, de Malaca, de Ceilão, das Molucas e de Macau, combatendo no mar as armadas, e investindo por terra os presídios, os ingleses, fortalecidos em Surrate e em Sunda, aproveitavam o favor das armas neerlandesas, e, já senhores do estreito de Singapura, meditavam desapossar-nos de Ormuz, a fim de monopolizarem o comércio, de que a opulenta cidade era chave e empório ao mesmo tempo». (*Rebello da Silva*, in loc. cit.).

1622 é o ano da queda de Quisome e de Ormuz. Ainda nos pediam tributos, quando «tão largo tributo à usurpação filipina» estávamos a pagar, condenados «pela nossa impotência provocada pela administração castelhana a ficarmos sem o melhor» no Oriente. (Alfredo Pimenta — *Elementos de História de Portugal*, ed. de 1934, pág. 323).

Cabem aqui as exactas palavras de *Rebello da Silva*: «Não admira, pois, que o descontentamento público se agravasse, e que no ano de 1623 tumultos mais graves pela ousadia, do que pela intensi-

dade, inquietando a tranquilidade, perturbassem o governo. Eram os primeiros sintomas da resistência...» (Obra citada, pág. 331). Ano sinistro, o de 1623: «Das três armadas que partiram para a Índia, a primeira composta de três naus, naufragou toda: da segunda, composta de cinco navios, só dois chegaram a salvamento...» (Pinheiro Chagas — *História de Portugal*, ed. popular, vol. VII).

Como na hora do crepúsculo em que a luz do sol ainda mais viva refulge, antes de se manchar de sangue e cair amortalhada em sombra, ano a ano, nesses anos tão maus, o ânimo bravo da boa gente portuguesa esplendia cintilantemente em gloriosos feitos, desde a defesa de Chaul (1592) por D. Álvaro Abranches, como a defesa de Malaca, durante oito dias de combate, em grave desproporção de forças, contra forças indígenas coligadas com os holandeses (Agosto de 1606) e no combate naval, depois do cerco (Outubro do mesmo ano), as lutas navais contra a esquadra do rei de Arracão, auxiliado por poderosas unidades holandesas (Outubro e Novembro de 1616), a guarda e apertada fiscalização na defesa da barra de Goa que as naus inglesas espreitam e ameaçam, e assinalava os nomes do Conde da Vidigueira — D. Francisco da Gama, de André Furtado de Mendonça, de Salvador Ribeiro de Sousa (nascido no termo de Guimarães — como natural de Quintaens, no Couto de Ronfe, segundo D. Francisco de Noronha — in *Occidente*, 20 anos, pág. 325) aclamado Rei do Pegu e que tem como prêmio da sua lealdade as intrigas de um aventureiro e a ingratidão de um vice-Rei, de outro vimezanense — Salvador da Costa e Almada (que tão nobremente se distingue em rijos combates na costa de Ceilão), e do intrépido e valente Rui Freire de Andrade, que defende até os últimos extremos Queissome e Ormuz. Na adversidade, quando a sombra da ambição não pode macular o aço das espadas, o heroísmo ainda é mais heróico. Há nele como a ascese espiritual que ilumina de transcendência o escurecer da agonia. Vencidos, nunca derrotados, deixaram, embora, na terra perdida a vitória do sangue, a marca inapagável do nosso trânsito, assim

resgatado da muita impureza que o denegria, e digno outra vez dos nomes ilustres de Albuquerque, D. João de Castro, Jacinto Freire de Andrade...

Ao fechar a revisão, que me saú tão pastelosa e enfadonha, aos imperfeitos apontamentos de « todos esses feitos e nomes arrastados desde gerações pelos compêndios do Liceu », como muito a propósito escrevera o nosso grande Eça de Queiroz (e com que deliciosa ironia não dizia ele do homem, que « nos venha falar de Cochim e Cananor e reproduza as basófiás honrosas, mas obsoletas, de Jacinto Freire de Andrade », ter « alguma coisa de defunto, de arcaico, de desenterrado, um verdadeiro brigadeiro do tempo da Senhora D. Maria I » não devo ocultar a viva impressão, confortadora e grata ao sentimento nacional, que ainda hoje em nós causa a leitura de páginas feitas há mais de trezentos anos, como as de Pyrad de Laval na descrição da cidade de Goa, e onde com insofismável relevo se evidencia a marca, indelével, da nossa missão colonizadora, que não foi apenas, nunca, uma simples empresa mercantil ou um feito heróico de bravos pelejadores. Civil e politicamente, alcançou, em certos casos, até mesmo acima do apostolado religioso — que é também errado ter como única finalidade. Na administração, na vida, nos costumes, nas relações humanas, foi que ela se exerceu e honrou mais, por esses « diversos e desvayrados caminhos ».

(Continua).

EDUARDO D'ALMEIDA